

Dívida: mitos e utopias

Edmar Bacha *

Tem razão o ex-ministro Mailson da Nóbrega (em "Dívida: mitos e realidade", JB, 26/08/90) ao dizer que o melhor trunfo para uma renegociação duradoura da dívida externa é um bom programa econômico e não uma retórica nacionalista.

Mas ele aponta para um só alvo, quando critica corretamente cinco mitos da cartilha da confrontação. Também é preciso descartar as utopias da cartilha da acomodação, que tantos males causou ao país nos últimos oito anos. Para cada mito exposto pelo ex-ministro, corresponde uma utopia de sinal trocado, que também deve ser criticada. Senão vejamos.

MITO 1 — A dívida externa é o grande problema do Brasil. Basta resolvê-la e voltaremos a crescer.

UTOPIA 1 — A dívida externa não é um problema para o Brasil. Basta voltar a crescer que ele se resolve.

MITO 2 — A dívida é ilegítima. Deve, por isso, ser cancelada.

UTOPIA 1 — A dívida é legítima. Deve, por isso, ser paga nos termos originais.

MITO 3 — Os juros devem ser pagos pela cotação de mercado da dívida. É justo e seria aceito pelos credores.

UTOPIA 3 — Os juros devem ser pagos pelo valor da face da dívida. É justo e seria possível para os devedores.

MITO 4 — A saída é um ato unilateral do Brasil, reduzindo a

dívida a um determinado valor. As elites do país estariam preparadas para apoiar essa posição insana, que nos isolaria da comunidade internacional.

UTOPIA 4 — A saída é um ato de acomodação do Brasil, assinando um acordo convencional com os bancos, retomando o pagamento integral dos juros e permitindo-lhes conversões próximas ao par e operações de reempréstimo. O povo do país estaria preparado para apoiar essa posição insana, que nos levaria novamente à hiperinflação.

MITO 5 — O Brasil suspendeu o pagamento dos juros devidos aos bancos com o objetivo de desvalorizar a dívida e permitir que empresas estatais e multinacionais a comprassem com grandes descontos.

UTOPIA 5 — O Brasil suspendeu o pagamento dos juros devidos aos bancos somente pela necessidade de proteger um nível mínimo de reservas internacionais, e deveria retomá-lo assim que recompusesse o valor dessas reservas.

Felizmente, o atual governo não se mostrou, até agora, vítima nem dos mitos, nem das utopias. Definiu, corretamente, a dívida como sendo primordialmente um problema fiscal, e não de balanço de pagamentos, ao contrário do que ocorreu com tanta frequência nos últimos oito anos. O que falta ao governo não são divisas: é dinheiro mesmo. O governo não paga porque está quebrado. Foi por isso que reestruturou compul-

soriamente sua dívida interna; iniciou uma reforma administrativa; conteve os salários dos funcionários; e deu partida a um programa de privatização. Os credores externos também têm que entrar com sua cota de sacrifício, nesse processo de reestruturação do setor público.

É esse o âmbito correto da discussão do problema da dívida. Sua solução é necessária para ajudar a promover o saneamento das finanças públicas, condição indispensável para estabilizar a economia e retomar o crescimento.

Qualquer proposta de "solução" do problema da dívida externa tem que passar pelo teste: em quanto contribui para reduzir o déficit do governo? É por isso que conversão da dívida em investimentos, recompra da dívida, e outras engenhosas operações montadas por vários bancos agravam o problema, ao invés de resolvê-lo. Pois usam recursos fiscais escassos para amortizar frequentemente a valores próximos ao par, uma dívida que custa apenas 20% disso no mercado internacional.

É por isso também que a utilização da dívida em programas de privatização não é necessariamente um poderoso instrumento de redução, pois, apesar de não ter os inconvenientes da emissão monetária, pode levar a que o governo receba por seus ativos privatizáveis um valor muito menor do que aquele que obterá num leilão em aberto.